

ANEXO I

SUPERAÇÃO DAS OMISSÕES, INSUFICIÊNCIAS E OBJEÇÕES ASSINALADAS NO PARECER EMITIDO PELA CCDR-N SOBRE A PROPOSTA PRELIMINAR DO PLANO NO ÂMBITO DA CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL REALIZADA A 7 DE OUTUBRO DE 2019

Nota prévia: O texto que se segue respeita a numeração constante do parecer da CCDR-N (anexo II), e cinge o seu conteúdo aos pontos do mesmo em que foram formuladas omissões, insuficiências ou objeções às opções da proposta preliminar do plano

4. Conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes

Embora a epígrafe deste ponto se refira a programas territoriais, nele é apenas abordada a articulação da presente proposta com o plano diretor municipal.

§ 7 - O Município de Barcelos abriu um procedimento (atualmente em curso) de alteração do regulamento do seu PDM, no sentido de este passar expressamente a permitir que, em sede de plano de pormenor, se possam adotar disposições e/ou parâmetros próprios nas matérias versadas nos artigos do regulamento do PDM aqui referidos. Com a próxima entrada em vigor dessa alteração, passará a verificar-se a plena conformidade das disposições do presente plano com o plano diretor municipal.

5. Âmbito e conteúdo do Plano

§ 3 - A fundamentação e justificação de ser dispensado o procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica compete à deliberação municipal de abertura do procedimento de elaboração do plano de pormenor, não sendo pois parte integrante do conteúdo material ou documental deste.

Foram colmatadas, nas peças gráficas pertinentes, as omissões e imprecisões de natureza cartográfica, nomeadamente quanto a limites administrativos, legendas, e delimitações cadastrais.

A área do polígono de solo reservada para o futuro Centro Hospitalar (10,1 ha) é de dimensão menor que a que está delimitada na planta de ordenamento do PDM, mas cumpre a dimensão mínima estabelecida no Acordo Estratégico celebrado entre a Câmara Municipal de Barcelos e a ARS-N (10,05 ha) [Relatório do Plano, pg. 12], sendo que esta alteração/redução de área é expressamente admitida no regulamento do PDM [Anexo II – UOPG 3 – Objetivos programáticos/ parte final].

5.1. Conteúdo material

§ 2 - Nos termos do RJIGT, a proposta de plano agora apresentada “adota o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita, aos objetivos e aos fundamentos técnicos previstos nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração” [Art.º 102º, nº 1 (sublinhados nossos)] com o seu “conteúdo documental (...) adaptado, de forma fundamentada, ao seu conteúdo material” [art.º 107º, nº 5].

Os elementos fundamentais do plano (planta de implantação e regulamento) e as suas outras peças relevantes para o efeito dispõem com objetividade e precisão sobre todas as componentes de conteúdo material enumeradas nas alíneas a) a j) do nº 1 e no nº 2 do art.º 102º do RJIGT, ainda que, por legítima opção própria (cf. disposições do RJIGT acima transcritas), não estabeleça de forma unívoca a configuração do edificado e a distribuição de usos pelas áreas de construção, mas definindo de forma completa e objetiva as margens e limites de flexibilidade admissíveis, nomeadamente no que se refere a implantações,

distribuição de funções e conjugação de utilizações com áreas de construção, número de fogos e demais parâmetros urbanísticos necessários.

- § 4 - Na presente versão completa da proposta de plano, são estabelecidas e estruturadas as ações de compensação e redistribuição de benefícios e encargos que se revelam necessárias face às características da solução urbanística adotada (por exemplo: o plano distribui as edificabilidades de modo estritamente equitativo entre todos os proprietários envolvidos; assim sendo, não há obviamente lugar a redistribuição de benefícios). São igualmente identificados os sistemas de execução do plano, os prazos da mesma, a programação dos investimentos públicos associados e a sua articulação com os investimentos privados.
- § 5 - Prevendo-se que a gestão e manutenção do espaço público se façam nos mesmos moldes em que acontece para a generalidade dos espaços públicos sob jurisdição municipal, ou seja, que fiquem a cargo do Município, tal não carece de menção expressa no regulamento.

5.2. Conteúdo documental

i. Planta de Implantação

O conteúdo da planta de implantação é coerente com as opções do plano relativas às modalidades e ao grau de rigidez de conformação do edificado explicitadas supra, a propósito do § 2 do ponto 5.1.

ii. Planta de Condicionantes

Na planta agora apresentada as condicionantes adotam as configurações que resultam da sua compatibilização com as propostas do plano.

iii. Regulamento

O conteúdo do regulamento é coerente com as opções do plano relativas às modalidades e ao grau de rigidez de conformação do edificado explicitadas supra, a propósito do § 2 do ponto 5.1.

Uma vez que os limites da área abrangida pelo plano estão estabelecidos graficamente em cartografia digital georreferenciada, torna-se supérflua a descrição daquela área e do seu perímetro em regulamento.

A redação estabelecida para o art.º 14º, nomeadamente no seu nº 3 permite acolher plenamente as especificidades e exigências decorrentes da natureza do equipamento previsto - Centro Hospitalar – e está em plena conformidade com as disposições pertinentes do regulamento do PDM, na configuração que resultará do procedimento de alteração do mesmo, suprarreferido.

O regulamento do plano, na versão agora apresentada, acolhe e respeita todas as disposições legais invocadas, na parte em que estas são aplicáveis a instrumentos desta natureza, isto é, de instrumentos de ordenamento e disciplina de uso do solo, e não de projetos de execução de obras de urbanização.

Nos termos do RJGT (art.º 202º, nº 3) a Portaria 216-B/2008 só teria aplicabilidade se o presente plano não determinasse os parâmetros a que ela se refere; ora estes são expressamente estabelecidos no regulamento do presente plano (art.º 28º e art.º 12º), pelo que a Portaria em questão não se aplica no presente plano.

5.2.1. Outros elementos do Plano

i. Relatório

Na versão completa agora apresentada, estão plenamente tratados os aspetos relativos aos efeitos do plano na transformação fundiária da área.

Cingindo-se o âmbito espacial do presente plano à área que fica a nascente do “corredor verde” previsto nos termos de referência da UOPG 3, e sendo que, em conformidade com o está plenamente explicitado na planta de ordenamento do PDM, o seu limite poente é constituído por uma via que faz o interface direto com o

referido corredor verde, não há matéria para, no presente plano, se estabelecerem “*termos de referência para promover a articulação e harmonização com as propostas para a restante área da UOPG, e para o estabelecimento*” do corredor verde em questão. Pelo contrário, tal tarefa deve precisamente ser incumbência do plano de pormenor que abrangerá a referida área restante da UOPG, quanto mais não seja pelo facto de que as soluções físicas que poderão promover tal articulação e harmonização ir-se-ão localizar na área abrangida por este segundo plano de pormenor.

Os elementos que integram a presente versão completa do plano contemplam os aspetos relativos à “programação e execução do plano, à redistribuição de benefícios e encargos, e ao financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica da operação”.

iii. Planta de Situação Existente

Foram supridas as deficiências detetadas.

iv. Planta de Modelação

Esta planta tem como objeto a modelação do terreno, e não do edificado.

Tendo em atenção as opções do plano relativas às modalidades e ao grau de rigidez de conformação do edificado explicitadas supra, a propósito do § 2 do ponto 5.1., não é estabelecida uma conformação unívoca para as volumetrias edificadas, o que impossibilita a sua tradução gráfica em perfis ou plantas.

v. Planta de transformação fundiária

A planta de transformação fundiária que integra a presente versão completa do plano contém todos os elementos que dela devem constar

vi. Planta de infraestruturas

A planta de infraestruturas que integra a presente versão completa do plano contém todos os elementos que dela devem constar, tendo em conta que se está em presença de um instrumento de ordenamento e disciplina de uso do solo, e não de um projeto de execução de obras de urbanização (é no âmbito destes que tem sentido a definição da “rede de recolha de resíduos e da rede de incêndio urbano, assim como a localização dos hidrantes”).

5.3. Elementos em falta

A proposta do plano agora apresentada, sendo, agora sim, uma versão completa do mesmo, integra todos os elementos documentais legalmente exigidos, e nomeadamente os enumerados no parecer da CCDD-N a que este memorando se refere, com exceção, por razões óbvias, das “participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação ou declaração” substitutiva.